

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano XCIX • Nº 78

Poder Legislativo

Recife, sexta-feira, 29 de abril de 2022

Preparativos para eleições 2022 já começaram

Veja cronograma e informações importantes para o eleitor pernambucano

No dia 2 de outubro, vai acontecer o primeiro turno das eleições. Parece uma data distante? Pois saiba: o calendário eleitoral já está correndo e algumas das principais decisões para a disputa de 2022 estão sendo tomadas neste exato momento. Para os cidadãos, há menos de uma semana para retirar o título ou resolver pendências com a Justiça Eleitoral. Nesta reportagem, você poderá conferir essas e outras datas importantes do pleito.

RESPONSABILIDADE

Atualmente, mais de 6,7 milhões de pernambucanos estão aptos a escolher nas urnas um candidato ou candidata ao Governo do Estado, assim como eleger os integrantes da Assembleia Legislativa. Esses eleitores também vão impactar diretamente os rumos da política nacional, indicando suas preferências para a Presidência da República, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados.

Na Alepe, 49 cadeiras deverão ser ocupadas. O número é estabelecido por um cálculo previsto na Constituição Federal. No caso de Estados com mais de 12 deputados federais (como Pernambuco, que possui 25), essa conta pode ser traduzida pela seguinte fórmula: $N^{\circ} \text{ Dep. Estaduais} = (N^{\circ} \text{ Dep. Federais} - 12) + 36$.

Os parlamentares eleitos assumem os mandatos em 1º de fevereiro do próximo ano. Conforme



FOTO: ANTÔNIO AUGUSTO/ASCOM TSE

PRAZO - Os eleitores têm até 4 de maio, quando será fechado o cadastramento, para ficar em dia com a Justiça Eleitoral

estabelece o Regimento Interno da Alepe, no primeiro dia útil depois disso, a Casa se reunirá novamente para escolher os membros da Mesa Diretora – órgão responsável por gerir a instituição, tanto nos trabalhos legislativos como nas tarefas administrativas.

PRAZOS PARA OS CANDIDATOS

As restrições impostas pelas eleições deste ano estão em vigor desde 1º de janeiro. Elas incluem limites para as despesas com publicidade de ór-

gãos públicos e a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios. São medidas para coibir o uso pessoal da máquina pública e garantir uma disputa mais equilibrada entre os candidatos.

Entre março e abril, houve prazos para os políticos trocarem de partido sem perder o mandato (janela partidária) e para que presidente, governadores e prefeitos renunciassem, caso pretendam concorrer a outros cargos. Não é preciso se afastar do posto quando se tratar de uma tentativa de reeleição.

Também neste período, militares da ativa e servidores civis que pretendem se candidatar precisaram se desvincular da Administração Pública. Para os efetivos (concursados), o afastamento é temporário, por meio de uma licença durante a qual seguirão recebendo salário. Já os comissionados precisam deixar o cargo em definitivo até o dia 2 de julho.

A regra ainda vale para quem dirige ou representa entidades que recebem verbas públicas, como fundações, empresas, cooperativas e instituições de

ensino. Aplica-se, também, a gestores de sindicatos e outros órgãos de classe.

A chamada desincompatibilização eleitoral, porém, não atinge os parlamentares. Logo, senadores, deputados (federais, estaduais e distritais) e vereadores que desejarem concorrer à reeleição ou disputar outros cargos, mesmo fora do Poder Legislativo, podem permanecer no exercício de seus mandatos normalmente.

É o que ocorre na Alepe: não é preciso convocar suplentes para substituir os membros que forem candi-

datos. Assim, a Casa segue em atividade.

Este primeiro semestre também será importante para a formação das federações partidárias, uma das novidades das eleições de 2022. Por meio delas, dois ou mais partidos poderão se unir para atuar como um só por, no mínimo, quatro anos.

A federação terá abrangência nacional e se aplicará a tudo que envolve o pleito eleitoral, como recursos de campanhas, propaganda, obtenção de cadeiras e convocação de suplentes.

Continua na página 02

TÍTULO NA MÃO

Os eleitores têm até 4 de maio, quando será fechado o cadastramento, para ficar em dia com a Justiça Eleitoral. O prazo é determinado pelo artigo 19 da Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997).

Atualmente, quase 842 mil pernambucanos estão com a inscrição eleitoral irregular. São pessoas que tiveram o título cancelado por deixarem de comparecer à revisão convocada pelo Tribunal Regional Eleitoral (685.007) ou por não terem votado em três pleitos consecutivos (156.910).

Para quem pretende dar entrada na primeira via do título (alistamento) ou regularizar a inscrição cancelada, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) disponibiliza o sistema Título Net. Mesmo quem hoje tem 15 anos, mas em outubro já

terá completado 16, tem a possibilidade de se inscrever para votar.

Também é por lá que o cidadão pode pedir mudança de município (transferência), além de alterar dados pessoais ou local de votação. Dúvidas devem ser esclarecidas pelo Disque Eleitor 148, serviço disponível de segunda a sexta, das 7h às 14h.

Além de não ser autORIZADO a votar, quem tem o título cancelado pode sofrer consequências como ficar impedido de se candidatar a cargos eletivos, matricular-se em instituições públicas de ensino, tomar posse em cargo público, emitir passaporte e obter empréstimos em bancos oficiais.

O eleitor também tem a possibilidade de agendar o atendimento presencial nas centrais e cartórios eleitorais

de Pernambuco. Mas o próprio Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PE) não recomenda essa opção, por conta da pandemia de Covid-19.

A HORA DA ESCOLHA

Nos dias de votação, as seções eleitorais vão funcionar das 8h às 17h, quando serão impressos os boletins de urna. Uma novidade, este ano, é que a hora de início da votação será uniformizada pelo horário de Brasília em todos os Estados e no Distrito Federal.

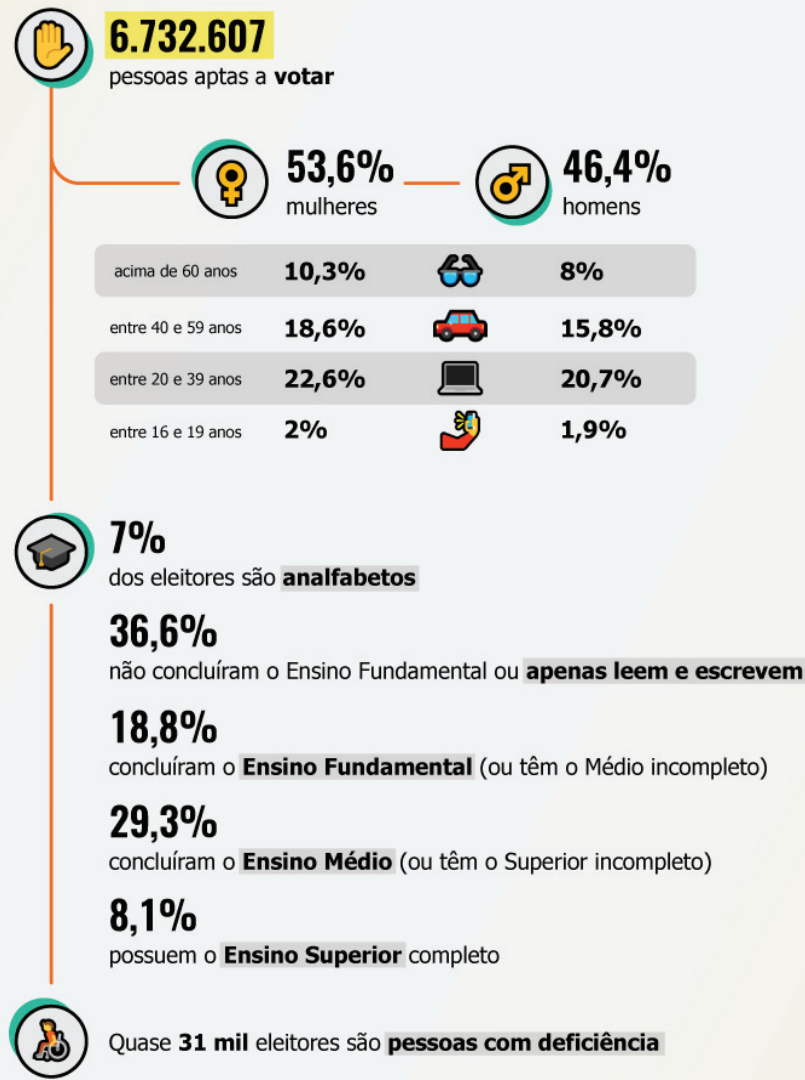
Eleitas e eleitos serão diplomados pela Justiça Eleitoral até 19 de dezembro. Para os cargos de presidente e vice-presidente da República, bem como de governador ou governadora, a posse ocorrerá em 1º de janeiro de 2023. Em Pernambuco, isso é feito em uma Sessão Legislativa Extraordinária da Alepe.

FOTO: ASCOM TSE



JUSTIÇA ELEITORAL - Quase 842 mil pernambucanos estão com a inscrição irregular

PERFIL DO ELEITOR PERNAMBUCANO



Dados referentes à eleição de 2020. Fonte: TRE-PE

Homenagem

Bispo Paulo Filho recebe o Título de Cidadão Pernambucano

Em sessão solene ontem, a Alepe concedeu o Título de Cidadão Pernambucano ao Bispo Paulo Filho, pastor sênior da Igreja Batista de Jardim São Paulo – Igreja da Família, no Recife. Natural de Vitória da Conquista (BA), o religioso foi homenageado por indicação do deputado Joel da Harpa (PP), que destacou os trabalhos sociais promovidos por Paulo Filho junto a populações vulneráveis. O mais novo pernambucano realiza ações de ressocialização e evangelização com detentos e é criador do Projeto Vida Nova, que apoia famílias da comunidade Ceuzinho, e do Projeto Emanuel, voltado ao atendimento de pessoas em situação de rua.

FOTO: JARBASARAÚJO

Folheie o Diário Oficial com apenas alguns cliques

Agora, você pode acompanhar, na íntegra, a versão digital do Diário Oficial do Estado. A Assembleia Legislativa de Pernambuco disponibiliza, em seu site, o flip do jornal. Acesse, clique e confira.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
A CASA DE TODOS OS PERNAMBUCANOS

[www.twitter.com/alepeoficial](https://twitter.com/alepeoficial) | www.facebook.com/assembleiape | www.alepe.pe.gov.br

Atos

ATO Nº 598/22

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício n.º 069/2022, **do Deputado Clodoaldo Magalhães, RESOLVE:** exonerar a servidora **ANDRESA FERREIRA DA SILVA**, do cargo em comissão de Assessor Especial, Símbolo PL-ASC, a partir do dia 1º de maio de 2022, nos termos da Lei nº 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13, 15.985/17 e 16.579/19.

Sala Torres Galvão, 28 de abril de 2022.

Deputado **ERIBERTO MEDEIROS**
Presidente

ATO Nº 599/22

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício n.º 067/2022, **do Deputado Clodoaldo Magalhães, RESOLVE:** exonerar o servidor **SILMAR JOSÉ DA SILVA**, do cargo em comissão de Assistente Parlamentar, Símbolo PL-APC, a partir do dia 1º de maio de 2022, nos termos da Lei nº 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13, 15.985/17 e 16.579/19.

Sala Torres Galvão, 28 de abril de 2022.

Deputado **ERIBERTO MEDEIROS**
Presidente

ATO Nº 600/22

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício n.º 003662/2022, **do Deputado Isaltino Nascimento, RESOLVE:** exonerar e nomear os servidores do cargo em comissão daquele Gabinete Parlamentar, conforme planilha abaixo, a partir do dia 1º de maio de 2022, nos termos da Lei nº 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nº 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13, 16.579/19 e 16.579/19.

NOME	CARGO DE EXONERAÇÃO	CARGO DE NOMEAÇÃO	GRAT.
MILEIDE MARIA SOUZA DA SILVA MARIA APARECIDA SOARES LOPES	Assessor Especial / PL-ASC	Secretário Parlamentar / PL-SPC	35%

Sala Torres Galvão, 28 de abril de 2022.

Deputado **ERIBERTO MEDEIROS**
Presidente

ATO Nº 601/22

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício nº 003641/2022, **do Deputado** João Paulo Costa, **RESOLVE:** exonerar o servidor **RICARDO PEREIRA DE ASSIS**, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, símbolo PL-SPC, nomeando para o referido cargo, **GABRIELA RAISSA GOMES RAMOS**, a partir do dia 1º de maio de 2022, nos termos da Lei nº 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13, 15.985/17 e 16.579/19.

Sala Torres Galvão, 28 de abril de 2022.

Deputado **ERIBERTO MEDEIROS**
Presidente

ATO Nº 602/22

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício nº 003646/2022, **do Deputado Romário Dias, RESOLVE:** exonerar, a pedido, a servidora **CYNTHIA MORATO MEDEIROS BURGOS**, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, símbolo PL-SPC, a partir do dia 02 de maio de 2022, nos termos da Lei nº 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13, 15.985/17 e 16.579/19.

Sala Torres Galvão, 28 de abril de 2022.

Deputado **ERIBERTO MEDEIROS**
Presidente

PODER LEGISLATIVO



MESA DIRETORA: **Presidente**, Deputado Eriberto Medeiros; **1º Vice-Presidente**, Deputado Aglailson Victor; **2º Vice-Presidente**, Deputado Manoel Ferreira; **1º Secretário**, Deputado Clodoaldo Magalhães; **2º Secretário**, Deputado Pastor Cleiton Collins; **3º Secretário**, Deputado Rogério Leão; **4º Secretária**, Deputada Alessandra Vieira; **1º Suplente**, Deputado Antonio Fernando; **2º Suplente**, Deputada Simone Santana ; **3º Suplente**, Deputado Joel da Harpa; **4º Suplente**, Deputado Henrique Queiroz Filho; **5º Suplente**, Deputada Dulci Amorim; **6º Suplente**, Deputada Fabíola Cabral; **7º Suplente**, Deputado Romero Albuquerque. **Procurador-Geral** - Hélio Lúcio Dantas Da Silva; **Superintendente-Geral** - Maria do Socorro Christiane Vasconcelos Pontual; **Secretária-Geral da Mesa Diretora** - Cássia Maria Lins Villarim Silva; **Superintendente de Planejamento e Gestão** - Edécio Rodrigues de Lima; **Superintendente Administrativo** - Juliana de Brito Figueiredo; **Superintendente de Gestão de Pessoas** - Rene Barbosa Gomes da Silva; **Superintendente de Tecnologia da Informação** - Bráulio José de Lira Clemente Torres; **Chefe do Cerimonial** - Francklin Bezerra Santos; **Superintendente de Saúde e Medicina Ocupacional** - Sara Behar Torres Kobayashi; **Superintendente Militar e de Segurança Legislativa** - Coronel Ely Jobson Bezerra de Melo; **Superintendente de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo** - Silvío Tavares de Amorim; **Auditora-Chefe** - Maria Gorete Pessoa de Melo; **Superintendente da Escola do Legislativo** - José Humberto de Moura Cavalcanti Filho; **Consultor-Geral** - Marcelo Cabral e Silva; **Ouvidor-Geral** - Deputado Adalto Santos; **Ouvidor-Executivo** - Douglas Stravos Diniz Moreno; **Superintendente Parlamentar** - Gilberto Gonçalves Feitosa Júnior; **Delegado-Geral da Superintendência de Inteligência Legislativa** - José Rivelino Ferreira de Moraes; **Superintendente de Comunicação Social** - Ricardo José de Oliveira Costa; **Chefe do Departamento de Imprensa** - Edson Alves Jr.; **Editora** - Ivanna de Castro; **Repórteres** - André Zahar, Gabriela Bezerra, Isabelle Costa Lima e Verônica Barros; **Fotografia:** Roberto Soares (Gerente de Fotografia), Breno Laprovitera (Edição de Fotografia), Repórteres Fotográficos - Evane Manço, Giovanni Costa, Jarbas Araújo, Nando Chiappetta e Roberta Guimarães; **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Alécio Nicolak Júnior e Antonio Violla; **Endereço:** Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3183-2368. Fax 3217-2107. PABX 3183.2211. **Nosso e-mail:** scom@alepe.pe.gov.br.

Nosso endereço na Internet: <http://www.alepe.pe.gov.br>

ATO Nº 603/22

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício nº 070/2022, **do Deputado Clodoaldo Magalhães, RESOLVE:** nomear **MARIA LUIZA RODRIGUES GUARANA**, para o cargo em comissão de Assessor Especial, Símbolo PL-ASC, a partir do dia 02 de maio de 2022, nos termos da Lei nº 11.641/99, com alteração que lhe foi dada pela Lei nº 13.245/07, 15.161/13, 15.985/17 e 16.579/19.

Sala Torres Galvão, 28 de abril de 2022.

Deputado **ERIBERTO MEDEIROS**
Presidente

ATO Nº 604/22

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício nº 071/2022, **do Deputado Clodoaldo Magalhães, RESOLVE:** nomear **RENATO CAMPOS TORRES**, para o cargo em comissão de Secretário Parlamentar, Símbolo PL-SPC, a partir do dia 02 de maio de 2022, nos termos da Lei nº 11.641/99, com alteração que lhe foi dada pela Lei nº 13.245/07, 15.161/13, 15.985/17 e 16.579/19.

Sala Torres Galvão, 28 de abril de 2022.

Deputado **ERIBERTO MEDEIROS**
Presidente

ATO Nº 605/22

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício nº 068/2022, **do Deputado Clodoaldo Magalhães, RESOLVE:** nomear **GISELE LOPES TAVARES BEZERRA**, para o cargo em comissão de Assistente Parlamentar, Símbolo PL-APC, a partir do dia 02 de maio de 2022, nos termos da Lei nº 11.641/99, com alteração que lhe foi dada pela Lei nº 13.245/07, 15.161/13, 15.985/17 e 16.579/19.

Sala Torres Galvão, 28 de abril de 2022.

Deputado **ERIBERTO MEDEIROS**
Presidente

ATO Nº 606/22

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício nº 22/2022, **da Deputada Alessandra Vieira, RESOLVE:** nomear **KEVIN WILIAM DE LIMA**, para o cargo em comissão de Assessor Especial, Símbolo PL-ASC, atribuindo-lhe a gratificação de representação de 50% (cinquenta por cento), a partir do dia 1º de maio de 2022, nos termos da Lei nº 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13, 15.985/17 e 16.579/19.

Sala Torres Galvão, 28 de abril de 2022.

Deputado **ERIBERTO MEDEIROS**
Presidente

Projeto

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 003301/2022

Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de incluir a Semana Estadual das Mulheres e Meninas na Ciência.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, passa a vigorar com o seguinte acréscimo:

“Art. 43-A. Semana em que constar o dia 11 de fevereiro: Semana Estadual das Mulheres e Meninas na Ciência.” (AC)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Este Projeto de Lei visa instituir em Pernambuco a Semana Estadual das Mulheres e Meninas na Ciência, com o intuito de divulgar e incentivar a participação pernambucana feminina na ciência.

No dia 11 de fevereiro, celebra-se o Dia Internacional de Mulheres e Meninas na Ciência. A data foi instituída pela Assembleia das Nações Unidas em dezembro de 2015 como forma de estimular a inclusão de mulheres como produtoras do conhecimento científico.

A criação da data visa lograr um maior destaque para a pauta, visto que ainda são necessários esforços para a participação igualitária das mulheres nas ciências. Dados da ONU e da UNESCO apontam que as mulheres representam menos de 30% dos pesquisadores no mundo todo e demonstram como ainda persistem as barreiras e a baixa representatividade para mulheres e meninas, sobretudo em áreas como ciências, tecnologia, engenharia e matemáticas (STEM, na sigla em inglês).

O relatório produzido em 2020 pela ONU Mulheres “Las Mujeres En Ciencias, Tecnologia, Ingeniería Y Matemáticas En América Latina Y El Caribe.” traz como proposta expor as barreiras de gênero existentes hoje nas ciências e nas tecnologias, presentes em todas as fases do desenvolvimento, desde a tenra idade e de forma estrutural, na sociedade. A partir dessa exposição, mostra-se urgente a mitigação desses entraves, tendo como pontos de partida ações e projetos que já têm sido executados na América Latina e no Caribe, com especial atenção para um maior alcance de representatividade das meninas e mulheres nas áreas STEM. A recuperação econômica dos países e de diversos setores diante do atual cenário de pandemia está diretamente ligada à incorporação das áreas STEM, que em 2050 representarão cerca de 75% dos postos de trabalho, segundo a UNESCO.

A UNESCO, na publicação “Decifrar o código: educação de meninas e mulheres em ciências, tecnologia, engenharia e matemática (STEM)”, aborda as possíveis barreiras para a baixa representatividade das mulheres nas áreas STEM e em maneiras, a partir de exemplos ao redor do mundo reconhecidos atualmente, de alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento econômico das meninas e mulheres por meio da educação.

As mulheres já são cerca de 54% dos estudantes de doutorado no Brasil, um aumento de 10% nas últimas duas décadas. No entanto, enquanto elas são maioria nas ciências da vida e da saúde, por exemplo, ciências da computação e matemática, elas representam menos de 25%. Além disso, elas não estão bem representadas nos níveis mais altos da carreira.

Um estudo recente mostrou que as mulheres representam apenas 24% dos beneficiários da bolsa produtividade, um subsídio concedido aos cientistas mais produtivos do país. No entanto, algumas estatísticas mostram que elas não são menos produtivas. Um artigo publicado na Nature Magazine revelou, por exemplo, que as mulheres eram responsáveis ??por quase 70% do total de publicações de cientistas brasileiros entre 2008 e 2012, um dos maiores índices do mundo. Por outro lado, a sub-representação em posições de liderança persiste e mulheres cientistas são apenas 14% da Academia Brasileira de Ciências.

Por fim, a criação da Semana Estadual das Mulheres e Meninas na Ciência tem o intuito de lembrar que a garantia da maior representatividade está diretamente ligada à redução das situações de vulnerabilidades sociais provocadas pela desigualdade de gênero, permitindo o empoderamento econômico e maior contribuição ao desenvolvimento sustentável do planeta de acordo com a Agenda 2030, aprovada pela Assembleia das Nações Unidas.

Por tudo exposto, considerando plenamente justificado o pleito, peço o apoio dos nobres Pares para que aprovem este Projeto de Lei.

Sala das Reuniões, em 26 de Abril de 2022.

Roberta Arraes
Deputada

Às 1ª, 3ª, 5ª comissões.

(REPUBLICADO)

Requerimento

Requerimento Nº 004287/2022

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja realizada **Reunião Solene** no dia 02 de maio em **Homenagem às Mulheres**.

Justificativa

A data comemorativa do dia da mulher é o dia 8 de março, porém em decorrência da pandemia não podemos realizar nos últimos dois anos a justa homenagem. Desta forma encontramos no dia 02 de maio, uma data especial para homenagear personalidades femininas que exercem poderosa influência na questão do empoderamento feminino, com trajetórias marcadas por desafio, lutas e coragem para diminuir as diferenças sociais, as injustiças, o feminicídio e tantas outras situações que as mulheres enfrentam. A homenagem por se só, será um convite para aprofundar a reflexão sobre o papel que cada mulher exerce na sociedade. Ante o exposto, solicito dos meus ilustres pares a aprovação deste Requerimento.

Sala das Reuniões, em 07 de Abril de 2022.

Wanderson Florêncio

Atas de Comissão

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA, REALIZADA NO DIA 4 DE ABRIL DE 2022

Às nove horas e trinta minutos do dia 4 (quatro) do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, em sessão remota, convocada nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria desta Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, sob a Presidência do Deputado Waldemar Borges, reuniram-se os Deputados: Aluísio Lessa, João Paulo, Priscila Krause, Tony Gel, membros titulares, e os Deputados Antônio Moraes e Diogo Moraes, membros suplentes. Também estava presente a Deputada Delegada Gleide Ângelo. Então, passou-se à distribuição das seguintes proposições: Veto Parcial, de autoria do Governador do Estado, ao Projeto de Lei Complementar nº 3143/2022, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Redefine os valores nominais de vencimento base e subsídio dos Cargos Públicos indicados), distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Complementar nº 3215/2022, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Altera a Lei nº 6.425, de 29 de setembro de 1972, que dispõe sobre o regime Jurídico peculiar aos funcionários policiais civis da Secretaria da Segurança Pública do Estado de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 3216/2022, de autoria do Deputado Alberto Feitosa (Ementa: Dispõe sobre a realização de seminário antidrogas no início de cada semestre do ano letivo nas escolas da rede Estadual de ensino do Estado de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 3217/2022, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Altera a Lei nº 17.400, de 20 de setembro de 2021, que dispõe sobre a suspensão, durante a vigência de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) declarada pelo Governo Federal com base no Decreto Federal nº 7.616, de 17 de novembro de 2011, do cumprimento de mandados de reintegração de posse, despejos e remoções judiciais ou mesmo extrajudiciais no âmbito do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Juntas, a fim de instituir, como critério de suspensão dos cumprimentos de mandados de reintegração de posse, despejos e remoções judiciais ou mesmo extrajudiciais, no âmbito do Estado de Pernambuco, a vigência do estado Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), declarado pela Organização Mundial de Saúde (OMS).), distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 3220/2022, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Altera a Lei nº 11.901, de 21 de dezembro de 2000, que altera a Lei nº 7.550, de 20 de dezembro de 1977 e a Lei nº 11.185, de 22 de dezembro de 1994, que dispõem sobre as taxas devidas ao Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco, a fim de extinguir a Taxa de Vistorias de Segurança em Meios de Transporte relativamente a Equipamentos de Proteção Contra Incêndio, Atendimento Pré Hospitalar em Acidentes de Trânsito e Combate a Incêndios (TVPHCI) destinada ao Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco – CBEM.), distribuído ao Deputado Aluísio Lessa; Projeto de Lei Ordinária nº 3221/2022, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Dispõe sobre a instalação de ecobarreiras na rede hidrográficas para contenção de resíduos sólidos em corpos d’água, no âmbito do estado de Pernambuco, e dá outras providências.), distribuído à Deputada Priscila Krause; Projeto de Lei Ordinária nº 3222/2022, de autoria do Deputado Aglailson Victor (Ementa: Declara de Utilidade Pública a Sociedade Musical Euterpina Juvenil Nazarena (Capa Bode).), distribuído à Deputada Priscila Krause; Projeto de Lei Ordinária nº 3223/2022, de autoria da Deputada Teresa Leitão (Ementa: Altera a Lei nº 10.849, de 28 de dezembro de 1992, que dispõe acerca do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, para excluir da solidariedade passiva tributária os alienantes de veículos que consigam comprovar administrativamente ou judicialmente, por meio idôneo, que não são mais proprietários dos respectivos veículos objetos de cobrança do tributo.), distribuído à Deputada Priscila Krause; Projeto de Lei Ordinária nº 3224/2022, de autoria da Deputada Juntas (Ementa: Altera a Lei nº 16.629, de 20 de setembro de 2019, que veda à Administração Pública do Estado de Pernambuco realizar qualquer tipo de homenagem ou exaltação ao Golpe Militar de 1964 e ao período da ditadura, bem como a atos ou fatos caracterizados por preconceito ou discriminação racial e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Juntas, a fim de inserir no rol de vedações homenagens a escravocratas e a nazistas.), distribuído à Deputada Priscila Krause; Projeto de Lei Ordinária nº 3227/2022, de autoria da Deputada Juntas (Ementa: Altera a Lei nº 14.789, de 1º de outubro de 2012, que institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Política Estadual da Pessoa com Deficiência, a fim de incluir, nos Boletins de Ocorrência, campo específico que permita identificar se o crime foi cometido contra pessoa com deficiência e qual o tipo de deficiência da vítima.), distribuído ao Deputado Diogo Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 3228/2022, de autoria da Deputada Juntas (Ementa: Altera a Lei nº 14.789, de 1º de outubro de 2012, que institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Política Estadual da Pessoa com Deficiência, a fim de determinar o envio do relatório estatístico anual acerca de registros de atos de violência sofridos por pessoas com deficiência à Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Diogo Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 3229/2022, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho (Ementa: Altera a Lei nº 16.997, de 10 de agosto de 2020, que obriga a adoção de procedimentos de prevenção ao COVID-19 nos estabelecimentos comerciais que indica durante o período de pandemia, originada de Projeto de Lei de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho, a fim de incluir novo dispositivo que possibilite o combate ao assédio nos estabelecimentos que menciona.), distribuído ao Deputado Diogo Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 3230/2022, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho (Ementa: Institui, nas Escolas de Ensino Médio da Rede Estadual de Educação, a Promoção 3D e dá outras providências.), distribuído ao Deputado Diogo Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 3231/2022, de autoria da Deputada Alessandra Vieira (Ementa: Cria a Política Estadual de Coleta de DNA da Pessoa em Situação de Vulnerabilidade e dá outras providências.), distribuído ao Deputado Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 3232/2022, de autoria da Deputada Simone Santana (Ementa: Proíbe o uso de copos e recipientes descartáveis produzidos à base de combustíveis fósseis, pelos órgãos da Administração Pública Direta e Indireta do Estado de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 3233/2022, de autoria da Deputada Simone Santana (Ementa: Altera Lei nº 12.984, de 30 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, a fim de instituir diretrizes adicionais de proteção.), distribuído ao Deputado Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 3234/2022, de autoria da Deputada Simone Santana (Ementa: Altera a Lei nº 17.233, de 29 de abril de 2021, que institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Política Estadual de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente com Câncer, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Alessandra Vieira, a fim de aprimorar diretrizes e objetivos da referida política.), distribuído ao Deputado Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 3235/2022, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Redefine o quantitativo do cargo de provimento efetivo de Professor Universitário do Grupo Ocupacional de Magistério Superior do Quadro Permanente de Pessoal da Universidade de Pernambuco – UPE, com alteração do Anexo Único da Lei nº 17.533, de 10 de dezembro de 2011.), em regime de urgência, distribuído ao Deputado Aluísio Lessa; Projeto de Lei Ordinária nº 3236/2022, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Altera a Lei nº 16.090, 30 de junho de 2017, que institui o Programa Educação Integrada, para redefinir seus eixos prioritários de ação.), distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária nº 3237/2022, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Autoriza a concessão de subvenção social em favor da Associação Casa do Estudante de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Aluísio Lessa; Projeto de Resolução nº 3218/2022, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Médico Júlio Tadeu Arraes da Cunha Souza.), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Resolução nº 3219/2022, de autoria do Deputado Aluísio Lessa (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Ilustríssimo Sr. Ronald Carvalho.), distribuído ao Deputado João Paulo. Posteriormente, passou-se à discussão dos seguintes projetos: Projeto de Lei Complementar nº 3213/2022, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Altera a Lei Complementar nº 465, de 20 de dezembro de 2021, que institui o Programa Especial de Recuperação de Créditos Tributários relativos ao Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - PERC-ICD), em regime de urgência, tendo como relator o Deputado Tony Gel, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 2796/2021, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Estabelece normas para a instalação de “Telhado Verde” nas edificações no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências.), tendo como relatora a Deputada Simone Santana, na ausência foi distribuído ao Deputado Antônio Moraes que concedeu vistas ao Deputado Diogo Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 2809/2021, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Dispõe sobre controle e condições para a comercialização de ratidas e demais roenticidas por estabelecimentos localizados no Estado de Pernambuco.), tendo como relator o Deputado Aluísio Lessa, foi concedido vistas ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 2833/2021, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir a Semana Estadual de Conscientização Sobre Inclusão Social da Pessoa com Deficiência.), tendo como relator o Deputado Alberto Feitosa, na ausência foi distribuído ao Deputado Aluísio Lessa que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 2846/2021, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Dispõe

sobre o compartilhamento dos canais oficiais para denúncias pela internet de crimes praticados contra mulher, criança, adolescente, pessoa idosa e pessoa com deficiência, em sítios eletrônicos e aplicativos para dispositivos móveis dos órgãos do Poder Público Estadual.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi concedido vistas ao Deputado Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 2905/2021, de autoria da Deputada Clarissa Tércio (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual da Mulher Dona de Casa.), tendo como relatora a Deputada Priscila Krause, foi retirado de pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 2923/2021, de autoria da Deputada Alessandra Vieira (Ementa: Institui o Estatuto da Pessoa com Cardiopatia Congênita em Pernambuco.), tendo como relator o Deputado Diogo Moraes, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 3073/2022, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir a Semana Estadual de Vivência em Museus.), tendo como relator o Deputado Aluísio Lessa, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 3100/2022, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Altera a Lei nº 15.226, de 7 de janeiro de 2014, que institui o Código Estadual de Proteção aos Animais, no âmbito do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei da Deputada Terezinha Nunes, para proibir a comercialização e uso de coleiras com guizo.), tendo como relator o Deputado Isaltino Nascimento, na ausência foi distribuído ao Deputado Aluísio Lessa que concedeu vistas à Deputada Priscila Krause; Projeto de Lei Ordinária nº 3201/2022, de autoria do Deputado Aglailson Victor (Ementa: Declara de Utilidade Pública a Sociedade Musical 5 de Novembro (Revoltoza.)), tendo como relator o Deputado Aluísio Lessa, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 3207/2022, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Estabelece normas especiais relativas ao critério de julgamento das licitações para contratação de serviços técnicos especializados de engenharia consultiva no âmbito da Administração Pública Estadual.), tendo como relator o Deputado Joaquim Lira, na ausência foi distribuído ao Deputado Tony Gel que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Emenda Modificativa nº 1/2022, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Modifica o Projeto de Lei nº 3207/2022, que estabelece normas especiais relativas ao critério de julgamento das licitações para contratação de serviços técnicos especializados de engenharia consultiva no âmbito da Administração Pública Estadual.), tendo como relator o Deputado Joaquim Lira, na ausência foi distribuído ao Deputado Tony Gel que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Resolução nº 3211/2022, de autoria do Deputado Aluísio Lessa (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Ilustríssimo Sr. Vittorio Mediolí.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Resolução nº 3212/2022, de autoria do Deputado Erick Lessa (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Excelentíssimo Senhor Bruno Vital Mota de Andrade.), tendo como relator o Deputado Aluísio Lessa, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Resolução nº 3218/2022, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Médico Júlio Tadeu Arraes da Cunha Souza.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Resolução nº 3219/2022, de autoria do Deputado Aluísio Lessa (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Ilustríssimo Sr. Ronald Carvalho.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados. Logo após, foram apreciadas as indicações para o “Prêmio Prefeitura Amiga da Biblioteca”, nos termos da Resolução nº 1.317, de 8 de setembro de 2015. Para a categoria região Zona da Mata: Indicação para o “PRÊMIO PREFEITURAAMIGA DA BIBLIOTECA”, de autoria do Deputado Aluisio Lessa, para o município de Ribeirão, que teve como relator o Deputado João Paulo, foi aprovada à unanimidade dos Deputados; Para a categoria região Agreste: Indicação para o “PRÊMIO PREFEITURAAMIGA DA BIBLIOTECA”, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento, para o município de Buíque, que teve como relator o Deputado João Paulo, foi aprovada à unanimidade dos Deputados; Para a categoria região Sertão: Indicação para o “PRÊMIO PREFEITURAAMIGA DA BIBLIOTECA”, de autoria do Deputado Waldemar Borges, ao município de Igaracy, que teve como relator o Deputado Aluísio Lessa, foi aprovada à unanimidade dos Deputados; Substitutivo nº 1/2022, de autoria da Comissão de Educação e Cultura (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 2753/2021), ao Projeto de Lei Ordinária nº 2753/2021, de autoria do Deputado Joaquim Lira (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual de Combate ao Cyberbullying.), tendo como relator o Deputado Antônio Moraes, foi aprovado à unanimidade dos Deputados. Em extrapauta, foi aprovada a dispensa do requisito residência superior a 5 anos para o agraciado através do Projeto de Resolução, de autoria do Deputado Waldemar Borges (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao senhor Ricardo Antônio Cavalcanti Araújo.). Não havendo mais nada a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, convocando a próxima para o dia 11 (onze) de abril do corrente ano. Do que, para constar, eu, Ana Cecília de Araújo Lima, Assessora Especial desta Comissão Técnica, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Presidente, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA, REALIZADA NO DIA 11 DE ABRIL DE 2022

Às nove horas e trinta minutos do dia 11 (onze) do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, em sessão remota, convocada nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria desta Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, sob a Presidência do Deputado Waldemar Borges, reuniram-se os Deputados: Aluísio Lessa, Isaltino Nascimento, João Paulo, Tony Gel, membros titulares, e os Deputados Antônio Moraes, Diogo Moraes, membros suplentes. Então, passou-se à distribuição das seguintes proposições: Projeto de Lei Ordinária nº 3241 /2022, de autoria da Deputada Simone Santana (Ementa: Institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Política Estadual de Combate ao Papilomavírus Humano - HPV e dá outras providências.), distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 3242 /2022, de autoria da Deputada Teresa Leitão (Ementa: Altera a Lei nº 14.538, de 14 de dezembro de 2011 que institui regras para a realização dos concursos públicos destinados a selecionar candidatos ao ingresso nos cargos e empregos públicos da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Ricardo Costa, criando reserva de vagas para população negra no Estado de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 3244 /2022, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Denomina “Centro Cultural Capitão Antônio David Gomes Novaes” o Centro Cultural localizado no município de Floresta.), distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 3245 /2022, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Política Estadual de Proteção e Combate ao Papilomavírus Humano - HPV), distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 3246 /2022, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Altera a Lei nº 16.633, de 24 de setembro de 2019, que determina regras para a reserva de unidades residenciais dos programas habitacionais do Estado de Pernambuco às pessoas que indica, originada de Projeto de Lei de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, a fim de incluir diretrizes de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica.), distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 3247 /2022, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Dispõe sobre o procedimento de notificação compulsória dos casos de interrupção da gravidez realizadas em hospitais públicos e privados localizados no Estado de Pernambuco, e dá outras providências.), distribuído ao Deputado Diogo Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 3248 /2022, de autoria do Deputado Antônio Moraes (Ementa: Dispõe sobre os critérios e procedimentos a serem adotados para a realização de correções técnicas nas normas que dispõem sobre os limites entre os municípios do Estado de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Diogo Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 3249/2022, de autoria do Deputado Coronel Alberto Feitosa (Ementa: Reconhece a atividade profissional exercida pelos Polícias Legislativos da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco como de atividade de risco.), distribuído ao Deputado Diogo Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 3250 /2022, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Altera a Lei nº 17.658, de 10 de janeiro de 2022, que dispõe sobre o registro pela internet de Boletim de Ocorrência de crime praticado contra mulher por violência doméstica e familiar, criança, adolescente, pessoa idosa e pessoa com deficiência, nos termos que indica, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, a fim de incluir o registro pela internet de Boletim de Ocorrência de crimes praticados contra os produtores e trabalhadores rurais.), distribuído ao Deputado Diogo Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 3251 /2022, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Altera a Lei nº 16.688, de 6 de novembro de 2019, que institui a Política de Educação Ambiental de Pernambuco - PEAPE, a fim de colir o uso de materiais didáticos que façam apologia a maus tratos contra animais.), distribuído ao Deputado Diogo Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 3252 /2022, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de impedir o fornecedor de restringir ou condicionar a entrega do comprovante de rendimentos, para fins da Declaração de Imposto de Renda junto à Receita Federal do Brasil.), distribuído ao Deputado Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 3253 /2022, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Dispõe sobre a ocupação de espaços públicos para o desenvolvimento de atividades de agricultura urbana no Estado de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 3254 /2022, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Estabelece a Política Estadual de Cuidados Paliativos, no âmbito do Estado de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 3255 /2022, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Altera a Lei nº 15.622, de 19 de outubro de 2015, que dispõe sobre a afixação de cartaz informativo em local visível, de escolas e universidades públicas e privadas, com os números de telefone dos serviços de emergência disponíveis ao cidadão, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Henrique Queiroz, a fim de prever a promoção de ações pelas escolas para divulgação de informações com vistas à proteção das crianças e adolescentes.), distribuído ao Deputado Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 3256 /2022, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Altera a Lei nº 16.991, de 6 de agosto de 2020, que consolida e amplia a Política Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas do Estado de Pernambuco, a fim de reservar, nas bibliotecas públicas, escolares e comunitárias, seção específica com livros e materiais em Braille ou outros formatos acessíveis.), distribuído ao Deputado Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 3257 /2022, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Altera a Lei nº 12.387, de 17 de junho de 2003, que dispõe sobre a divulgação de informações sobre a execução de obras públicas de construção, reforma e ampliação de prédios e espaços públicos no âmbito do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Teresa Leitão, a fim de tornar obrigatória a exibição de QR code para acesso a informações.), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 3258 /2022, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, para obrigar a disponibilização de QR code no cardápio dos estabelecimentos que indica.), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 3260/2022, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Dispõe sobre a Política Estadual de Reinserção Social para Dependentes Químicos Recuperados e dá outras providências.), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 3261/2022, de autoria do Deputado Antonio Coelho (Ementa: Institui a Plataforma Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos sítios eletrônicos do Poder Executivo e do Poder Legislativo de Pernambuco e dá outras providências.), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 3262/2022, de autoria da Deputada Juntas (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de incluir o Dia Estadual da Luta e Resistência dos Povos Indígenas.), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 3263/2022, de autoria da Deputada Alessandra Vieira (Ementa: Dispõe sobre a Política de Prevenção, Detecção e Controle da Trombofilia Gestacional e dá outras providências.), distribuído ao Deputado Aluísio Lessa; Projeto de Lei Ordinária nº 3264/2022, de autoria do Deputado Antonio Coelho (Ementa: Institui a Política Estadual de Acompanhamento Integral de Estudantes com Dislexia, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), altas habilidades ou outros transtornos de aprendizagem, e dá outras providências.), distribuído ao Deputado Aluísio Lessa; Projeto de Lei Ordinária nº 3265/2022, de autoria da Deputada Dulci Amorim (Ementa: Dispõe sobre a reserva de vagas de trabalho a presos e egressos em obras e serviços contratados pelo Estado, e dá outras providências.), distribuído ao Deputado Aluísio Lessa; Projeto de Lei Ordinária nº 3266/2022, de autoria do Deputado Antonio Moraes (Ementa: Denomina Delegado Antônio Araújo Feitosa o Complexo de Operações da Polícia Civil em Ouro Preto Olinda-PE.), distribuído ao Deputado Aluísio Lessa; Projeto de Lei Ordinária nº 3267/2022, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 15.487, de 27 de abril de 2015, que dispõe sobre a proteção e os direitos da pessoa com Transtorno de Espectro Autista no Estado de Pernambuco e dá outras providências, a fim de adequar a sua redação ao disposto na Lei nº 17.562, de 22 de dezembro de 2021.), distribuído ao Deputado Aluísio Lessa; Projeto de Lei Ordinária nº 3268 /2022, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a doar, com encargo, o imóvel em favor do Município de Lagoa do Carro para construção e funcionamento de unidade escolar municipal.), distribuído à Deputada Simone Santana; Projeto de Lei Ordinária nº 3269/2022, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Altera a Lei nº 14.028, de 26 de março de 2010, que cria a Agência Pernambucana de Águas e Clima - APAC.), distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Resolução nº 3243/2022, de autoria do Deputado Waldemar Borges (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao senhor Ricardo Antônio Cavalcanti Araújo.), distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Resolução nº 3259 /2022, de autoria da Mesa Diretora (Ementa: Altera a Resolução nº 905, de 22 de dezembro de 2008, que institui o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, a fim de dispor sobre o quantitativo de vice-líderes das bancadas.),

distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento. Posteriormente, passou-se à discussão dos seguintes projetos: Veto Parcial, de autoria do Governador do Estado, ao Projeto de Lei Complementar nº 3143/2022, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Redefine os valores nominais de vencimento base e subsídio dos Cargos Públicos indicados), tendo como relator o Deputado Antônio Moraes, foi aprovada a manutenção do veto; Projeto de Lei Ordinária nº 2730/2021, de autoria da Deputada Juntas (Ementa: Altera a Lei nº 17.394, de 16 de setembro de 2021, que institui o Programa de Registro de Feticídio de Pernambuco e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Alessandra Vieira, a fim de especificar a necessidade da segregação de dados no âmbito do relatório elaborado sobre feticídio.) , tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 2766/2021, de autoria da Deputada Delegada Gleide Angelo (Ementa: Altera a Lei nº 17.372, de 8 de setembro de 2021, que dispõe sobre a comunicação aos órgãos de segurança pública, acerca da ocorrência ou de indícios de violência doméstica, familiar, sexual e/ou outras formas de violência, inclusive as autoprovocadas, contra crianças, adolescentes e mulheres, no âmbito das instituições de ensino do Estado de Pernambuco, originada de projeto de autoria da Deputada Delegada Gleide Angelo e do Deputado Professor Paulo Dutra, a fim de incluir a comunicação de casos envolvendo o crime de divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia.), tendo como relator o Deputado Aluisio Lessa, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 2780/2021, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de vedar a cobrança de embalagens para acondicionamento de produtos entregues em domicílio.) , tendo como relator o Deputado João Paulo, foi retirado de pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 2801/2021, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Altera a Lei nº 15.878, de 11 de agosto de 2016, que estabelece normas para os embarques e desembarques de passageiros do Sistema de Transporte Público de Passageiros da Região Metropolitana do Recife - STPP/RMR e do Sistema de Transporte Público Intermunicipal do Estado de Pernambuco e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Simone Santana, a fim de dispor sobre o embarque prioritário para doadoras de leite materno.) , tendo como relator o Deputado Diogo Moraes, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 2846/2021, de autoria da Deputada Delegada Gleide Angelo (Ementa: Dispõe sobre o compartilhamento dos canais oficiais para denúncias pela internet de crimes praticados contra mulher, criança, adolescente, pessoa idosa e pessoa com deficiência, em sítios eletrônicos e aplicativos para dispositivos móveis dos órgãos do Poder Público Estadual.) , tendo como relator o Deputado João Paulo, foi retirado de pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 2891/2021, de autoria da Deputada Clarissa Tercio (Ementa: Institui a Política Estadual de prevenção da mortalidade materna, apoio e acolhimento de gestantes e parturientes durante endemias, epidemias ou pandemias e dá outras providências.) , tendo como relator o Deputado Isaltino Nascimento, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 2904/2021, de autoria do Deputado Eriberto Medeiros (Ementa: Altera a Lei nº 13.176, de 27 de dezembro de 2006, que cria o memorial de homenagens póstumas a cientistas pernambucanos, denominado: Notáveis Cientistas Pernambucanos: um Memorial do Seu Povo, originada de projeto de lei de autoria do Deputado João Fernando Coutinho, a fim de promover melhorias em sua redação.) , tendo como relatora a Deputada Priscila Krause, na ausência foi distribuído ao Deputado Antônio Moraes que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 3087/2022, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir a Semana de Prevenção e Combate ao Tabagismo.) , tendo como relator o Deputado Antônio Coelho, foi retirado de pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 3089/2022, de autoria do Deputado Erick Lessa (Ementa: Dispõe sobre a criação do "Programa de Prevenção e Redução da Gravidez não Intencional na Adolescência" no âmbito do estado de Pernambuco.) , tendo como relator o Deputado Antônio Coelho, na ausência foi distribuído ao Deputado Antônio Moraes que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 3125/2022, de autoria do Deputado Antônio Moraes (Ementa: Dispõe sobre a proibição da utilização da cama de aviário como adubo orgânico nos municípios que indica.) , tendo como relator o Deputado Isaltino Nascimento, foi retirado de pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 3132/2022, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Semana de Conscientização, Prevenção e Combate ao Crime de Perseguição - Stalking.) , tendo como relator o Deputado Diogo Moraes, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 3169/2022, de autoria do Deputado Eriberto Medeiros (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual de Conscientização e de Combate à Violação das Prerrogativas da Advocacia.) , tendo como relator o Deputado Antônio Moraes, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 3235/2022, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Redefine o quantitativo do cargo de provimento efetivo de Professor Universitário do Grupo Ocupacional de Magistério Superior do Quadro Permanente de Pessoal da Universidade de Pernambuco – UPE, com alteração do Anexo Único da Lei nº 17.533, de 10 de dezembro de 2011.), em regime de urgência, tendo como relator o Deputado Aluisio Lessa, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Resolução nº 3176/2022, de autoria da Mesa Diretora (Ementa: Denomina de "Museu da Democracia Palácio Joaquim Nabuco" o Museu da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.) , tendo como relator o Deputado Coronel Alberto Feitosa, na ausência foi distribuído ao Deputado Antônio Moraes que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Resolução nº 3243/2022, de autoria do Deputado Waldemar Borges (Ementa: Concede o Título Honrífico de Cidadão Pernambucano ao senhor Ricardo Antônio Cavalcanti Araújo.) , tendo como relator o Deputado Isaltino Nascimento, foi aprovado à unanimidade dos Deputados. Em extrapauta, foram discutidos: Projeto de Lei Ordinária nº 3266/2022, de autoria do Deputado Antônio Moraes (Ementa: Denomina Delegado Antônio Araújo Feitosa o Complexo de Operações da Polícia Civil em Ouro Preto, Olinda-PE) , tendo como relator o Deputado Aluisio Lessa, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Resolução nº 3259/2022, de autoria da Mesa Diretora (Ementa: Altera a Resolução nº 905, de 22 de dezembro de 2008, que institui o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, a fim de dispor sobre o quantitativo de vice-líderes das bancadas.) , tendo como relator o Deputado Isaltino Nascimento, foi aprovado à unanimidade dos Deputados. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, convocando a próxima para o dia 18 (dezoito) de abril do corrente ano. Do que, para constar, eu, Ana Cecília de Araújo Lima, Assessora Especial desta Comissão Técnica, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Presidente, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA, REALIZADA NO DIA 18 DE ABRIL DE 2022

Às nove horas e trinta minutos do dia 18 (dezoito) do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, em sessão remota, convocada nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria desta Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, sob a Presidência do Deputado Waldemar Borges, reuniram-se os Deputados: Alberto Feitosa, Aluisio Lessa, Isaltino Nascimento, João Paulo, Tony Gel, membros titulares, e o Deputado Diogo Moraes, membro suplente. Então, passou-se à distribuição das seguintes proposições: Projeto de Lei Complementar nº 3270/2022, de autoria do Procurador-Geral de Justiça (Ementa: Revoga os arts. 2º, 3º, 4º e 6º da Lei Complementar nº 390, de 10 de setembro de 2018, e a Lei Complementar nº 309, de 30 de novembro de 2015, e altera dispositivos da Lei Complementar nº 12, de 27 de dezembro de 1994.), em regime de urgência, distribuído ao Deputado Aluisio Lessa; Projeto de Lei Ordinária nº 3271/2022, de autoria do Deputado Doriel Barros (Ementa: Altera a Lei nº 11.751, de 3 de abril de 2000, que dispõe sobre a composição alimentar da merenda escolar distribuída a rede pública de escolas, no Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Teresa Duere, a fim de assegurar a oferta de ovo de galinha e de codorna na composição alimentar.) , distribuído ao Deputado Aluisio Lessa; Projeto de Lei Ordinária nº 3272/2022, de autoria do Deputado Waldemar Borges (Ementa: Altera a Lei nº 15.688, de 16 de dezembro de 2015, que Institui a política de apoio e incentivo ao desenvolvimento do cooperativismo no âmbito do Estado de Pernambuco, a fim de ajustar a legislação vigente.) , distribuído ao Deputado Aluisio Lessa; Projeto de Lei Ordinária nº 3273/2022, de autoria do Deputado Waldemar Borges (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir a Semana Estadual do Patrimônio Cultural de Pernambuco.) , distribuído ao Deputado Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 3274/2022, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Dispõe sobre a criação, o manejo, o uso sustentável, o transporte, o comércio de colônias de abelhas sem ferrão e de seus produtos e a prestação de serviços a partir do exercício da meliponicultura, no âmbito Estado de Pernambuco.) , distribuído ao Deputado Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 3275/2022, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual do Técnico em Veterinária.) , distribuído ao Deputado Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 3276/2022, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de estabelecer regras adicionais de proteção à saúde e à segurança do consumidor em bancárias.) , distribuído ao Deputado Diogo Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 3277/2022, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual do Locutor de Pega de Boi no Mato.) , distribuído ao Deputado Diogo Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 3278/2022, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Institui a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Albinismo.) , distribuído ao Deputado Diogo Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 3279/2022, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Dispõe os serviços de guarda e acolhimento temporário de animais de estimação, no âmbito do Estado de Pernambuco.) , distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 3280/2022, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Dispõe sobre normas preventivas ao esquecimento de crianças e animais no interior de veículos, no âmbito do Estado de Pernambuco.) , distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 3281/2022, de autoria do Deputado Antônio Moraes (Ementa: Altera a Lei nº 15.487, de 27 de abril de 2015, que dispõe sobre a proteção e os direitos da pessoa com Transtorno de Espectro Autista no Estado de Pernambuco e dá outras providências, para transformar o TEA em caráter irreversível.) , distribuído ao Deputado João Paulo. Posteriormente, passou-se à discussão dos seguintes projetos: Projeto de Lei Ordinária nº 2759 /2021, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Altera a Lei nº 14.090, de 17 de junho de 2010 que institui a Política Estadual de Enfrentamento às Mudanças Climáticas de Pernambuco, e dá outras providências, a fim de instituir medidas adicionais para energia solar.) , tendo como relator o Deputado Joaquim Lira, na ausência foi distribuído ao Deputado Aluisio Lessa que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 2764/2021, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Institui a Política Estadual de Promoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável em Pernambuco e dá outras providências.) , tendo como relator o Deputado Aluisio Lessa, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 2786 /2021, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Altera a Lei nº 12.321, de 6 de janeiro de 2003, que cria normas disciplinares de utilização da orla marítima, visando a proteção do meio-ambiente e do patrimônio turístico e paisagístico pernambucano, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Augusto Coutinho, a fim de permitir a presença de animal na faixa de praia do litoral pernambucano.) , tendo como relator o Deputado Coronel Alberto Feitosa, na ausência foi distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 2788/2021, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Institui a Campanha de Conscientização sobre a Castração e Combate ao Câncer em Animais.) , tendo como relator o Deputado Diogo Moraes, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 2790/2021, de autoria do Deputado Doriel Barros (Ementa: Dispõe sobre a destinação das vagas reservadas a idosos, pessoas com deficiência ou pessoas com mobilidade reduzida por estabelecimentos privados que disponibilizam estacionamento de uso público com mais de um pavimento no âmbito do Estado de Pernambuco.) , tendo como relator o Deputado Diogo Moraes, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 2791/2021, de autoria do Deputado Doriel Barros (Ementa: Altera a Lei nº 15.337, de 30 de junho de 2004, que dispõe sobre a gratuidade de estacionamento oferecido por órgãos públicos estaduais e a obrigatoriedade de destinar vagas especiais, originada de projetos de lei de autoria dos Deputados Rodrigo Novaes e Pastor Cleiton Collins, a fim de dispor sobre a destinação das vagas reservadas a idosos, gestantes e pessoas com deficiência nos estacionamentos com mais de um pavimento.) , tendo como relator o Deputado Diogo Moraes, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 2846/2021, de autoria da Deputada Delegada Gleide Angelo (Ementa: Dispõe sobre o compartilhamento dos canais oficiais para denúncias pela internet de crimes praticados contra mulher, criança, adolescente, pessoa idosa e pessoa com deficiência, em sítios eletrônicos e aplicativos para dispositivos móveis dos órgãos do Poder Público Estadual.) , tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 3015/2022, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Altera a Lei nº 15.755, de 4 de abril de 2016 que institui o Código Penitenciário do Estado de Pernambuco a fim de estimular a constituição de cooperativas de trabalho e dá outras providências.) , tendo como relator o Deputado Aluisio Lessa, foi retirado de pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 3016/2022, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães

(Ementa: Altera a Lei nº 14.090, de 17 de junho de 2010 que institui a Política Estadual de Enfrentamento às Mudanças Climáticas de Pernambuco, e dá outras providências, a fim de promover a utilização do hidrogênio verde.) , tendo como relator o Deputado Diogo Moraes, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 3025/2022, de autoria da Deputada Juntas (Ementa: Estabelece a obrigatoriedade de registro de entrada e saída de convidados e convidadas em eventos realizados em estabelecimentos de ensino no Estado de Pernambuco.) , tendo como relator o Deputado Isaltino Nascimento, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 3119/2022, de autoria da Deputada Laura Gomes (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de incluir o controle populacional animal aos objetivos na referida comemoração.) , tendo como relator o Deputado Tony Gel, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 3130/2022, de autoria da Deputada Roberta Arraes (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de incluir a Semana Estadual de Incentivo ao Protagonismo Juvenil no Âmbito Parlamentar.) , tendo como relator o Deputado Coronel Alberto Feitosa, na ausência foi distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 3197/2022, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de acrescentar o Dia Estadual do Encontro de Casais com Cristo.) , tendo como relator o Deputado Coronel Alberto Feitosa, na ausência foi distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Substitutivo nº 2/2022, de autoria da Comissão de Administração Pública (Ementa: Altera integralmente a redação dos Projetos de Leis Ordinárias nº 1711/2020 e 2036/2021.), ao Projeto de Lei Ordinária nº 1711/2020, de autoria do Deputado Eriberto Medeiros (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de assegurar ao consumidor à obtenção de cópia de contratos, termos de garantia, comprovantes de pagamento, notas fiscais e outros documentos inerentes à relação de consumo, durante o prazo de vigência do contrato e/ou do prazo de garantia dada ao consumidor.) , tendo como relator o Deputado Antônio Moraes, na ausência foi distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Substitutivo nº 1/2022, de autoria da Comissão de Administração Pública (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 2843/2021), ao Projeto de Lei Ordinária nº 2843/2021, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual do Vacinador.) , tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Subemenda Modificativa nº 1/2022, de autoria da Comissão de Administração Pública (Ementa: Altera a redação do Substitutivo nº 01/2022 ao Projeto de Lei Ordinária nº 2911/2021, de autoria da Deputada Roberta Arraes), ao Substitutivo nº 1/2022, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 2911/2021, de autoria da Deputada Roberta Arraes.), ao Projeto de Lei Ordinária nº 2911/2021, de autoria da Deputada Roberta Arraes (Ementa: Institui a Campanha de Incentivo à Emissão de Registro Civil no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências.) , tendo como relator o Deputado Diogo Moraes, foi aprovado à unanimidade dos Deputados. Em extrapauta, foram distribuídos os seguintes projetos: Projeto de Lei Ordinária nº 3284 /2022, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Autoriza o Poder Executivo a adaptar a Lei Orçamentária Anual do Estado relativa ao exercício de 2022 e o Plano Plurianual 2020/2023 às modificações introduzidas pela Lei nº 17.711, de 31 de março de 2022.), em regime de urgência, distribuído ao Deputado Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 3285 /2022, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Altera a Lei nº 17.401, de 22 de setembro de 2021, que institui o Programa Emprego Pernambuco, medida de estímulo à geração do emprego e à promoção da renda no Estado de Pernambuco.) , em regime de urgência, distribuído ao Deputado Aluisio Lessa. Logo após, foram discutidos os seguintes projetos: Projeto de Lei Complementar nº 3215/2022, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Altera a Lei nº 6.425, de 29 de setembro de 1972, que dispõe sobre o regime Jurídico peculiar aos funcionários policiais civis da Secretaria da Segurança Pública do Estado de Pernambuco.) , tendo como relator o Deputado Antônio Moraes, na ausência foi distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento que o retirou de pauta; Emenda Aditiva nº 1/2022, de autoria do Deputado Eriberto Medeiros (Ementa: Acresce o art. 4º ao Projeto de Lei Ordinária nº 3215/2022.) , tendo como relator o Deputado Antônio Moraes, na ausência foi distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento que o retirou de pauta; Emenda Modificativa nº 2/2022, de autoria do Deputado Eriberto Medeiros (Ementa: Altera o art. 1º do Projeto de Lei Ordinária nº 3215/2022.) , tendo como relator o Deputado Antônio Moraes, na ausência foi distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento que o retirou de pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 3268 /2022, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a doar, com encargo, o imóvel em favor do Município de Lagoa do Carro para construção e funcionamento de unidade escolar municipal.) , tendo como relatora a Deputada Simone Santana, na ausência foi distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento que o aprovou à unanimidade dos Deputados. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, convocando a próxima para o dia 25 (vinte e cinco) de abril do corrente ano. Do que, para constar, eu, Ana Cecília de Araújo Lima, Assessora Especial desta Comissão Técnica, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Presidente, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

Portarias

PORTARIA N.º 404/22

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício n.º 003468/2022, da **Deputada Priscila Krause**,
RESOLVE: alterar e atribuir a gratificação de representação dos servidores, conforme planilha abaixo, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de abril de 2022, nos termos da Lei n.º 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis n.ºs 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13, 15.985/17 e 16.579/19.

NOME	Cargo/ Símbolo	Percentual Atual (DE)	Novo Percentual (PARA)
ALEXANDRE CABRAL DA SILVA	Assessor Especial/PL-ASC	120%	109,54%
ANA LUZIA DA COSTA LIRA	Secretário Parlamentar/PL-SPC	18%	12,4%
BRENO NICOLA BARBOSA FERREIRA DE ARAÚJO	Secretário Parlamentar/PL-SPC	10,20%	5%
CAMILA PRYSTHON MELLO DE ALBUQUERQUE CARDOSO	Assessor Especial/PL-ASC	39%	32,37%
CARLYLE CAMERINO BRAGA PAES BARRETO	Assessor Especial/PL-ASC	20%	14,3%
DAISY DE LIRA MOREIRA	Assessor Especial/PL-ASC	79%	70,5%
FABIO LUCAS DE BARROS E SILVA	Secretário Parlamentar/PL-SPC	50%	42,9%
GABRIELA PERNAMBUCO LUSTOSA MACIEL	Assistente Parlamentar/PL-APC	42%	35,2%
JOSÉ VALDIR BENJAMIN DE ARRUDA	Assessor Especial/PL-ASC	27,40%	21,35%
MARIANA CASTRO DE SÁ CARVALHO	Secretário Parlamentar/PL-SPC	48%	41%
NEILZA OLIVEIRA DE ARAUJO SOUZA	Assessor Especial/PL-ASC	75%	66,66%
SAMUEL FARIAS DA SILVA	Secretário Parlamentar/PL-SPC	10%	4,8%
VICTOR ANDRE GOMES CAVALCANTI BATISTA	Assistente Parlamentar/PL-APC	39%	32,4%
FRANCISCO DE ASSIS SIQUEIRA CAVALCANTI	Assessor Especial/PL-ASC	120%	114,28 %

Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
Em, 25 de abril de 2022.

Deputado **CLODOALDO MAGALHÃES**
Primeiro Secretário
(REPUBLICADA POR INCORREÇÃO)

PORTARIA N.º 408/22

O SEGUNDO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício n.º 072/2022, do **Deputado Clodoaldo Magalhães**,
RESOLVE: alterar a gratificação de representação de 120% (cento e vinte por cento) para 88,70% (oitenta e oito vírgula setenta por cento), no cargo em comissão de Assessor Especial, Símbolo PL-ASC, da servidora **ANA CARLA FERREIRA DA SILVA**, a partir do dia 1º de maio de 2022, nos termos da Lei nº 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis n.ºs 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13, 15.985/17 e 16.579/19.

Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
Em, 28 de abril de 2022.

DEPUTADO PASTOR CLEITON COLLINS
Segundo Secretário

PORTARIA Nº 163/2022

A SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, conforme Portaria nº 348/18, do Primeiro Secretário, e tendo em vista o contido no Requerimento Funcional nº 003560/2022,
RESOLVE: designar a servidora **ERIKA DE MELO PEREIRA**, matrícula nº 638, Agente Legislativo, para responder pela Chefia de Expediente, da Estrutura da Superintendência de Planejamento e Gestão, no impedimento do titular, **BRIVALDO ERETIANO DA SILVA**, matrícula nº 40.937, durante o gozo de suas férias regulamentares, no período de 20 de maio a 18 de junho de 2022, referente ao período aquisitivo de 2021/2022.

Sala Austro Costa, 28 de abril de 2022.

CHRISTIANE VASCONCELOS
Superintendente Geral

Essa novidade você vai curtir e também seguir



Quem gosta de acompanhar o dia a dia do desenvolvimento do Estado e da política pernambucana conta com dois novos canais, o Facebook e o Twitter. A Assembleia Legislativa está presente nessas mídias sociais, levando notícias diárias de interesse dos cidadãos.

Acesse, curta e siga.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE PERNAMBUCO**

A CASA DE TODOS OS PERNAMBUCANOS

www.twitter.com/alepeoficial | www.facebook.com/assembleiape | www.alepe.pe.gov.br